

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado prepara pacote de projetos para reduzir litígio tributário 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Hora de discutir impostos 4

O GLOBO - RJ - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Atalhos para o porte 7

ZERO HORA - RS - ELEIÇÕES 2022
SERVIDOR PÚBLICO

"Não é admissível que se tenha orçamento secreto" 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Após a deflação (Editorial) 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro manobra entregas de "toma lá, dá cá" eleitoral e acumula veículos 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guedes embarca na campanha e cede a auxílio de R\$ 600 13

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Vilões da inflação', alimentos devem trazer 'alívio' em 2023 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

"Mundo caminha para um ciclo estagflacionário" 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLITICA / ECONOMIA
ECONOMIA

Reforma no teto de gastos é meta para presidenciaíveis 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Em jogo, o futuro da monarquia 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

53% dizem que Lula tem mais chance de manter Auxílio Brasil de R\$ 600 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Bolsa sobe em 2023 seja quem for o eleito, preveem gestores 28

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Como adotar uma política de ajuda aos miseráveis sem criar dependência? 30

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Famílias se endividam (Editorial) 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Fed não vai conseguir evitar uma recessão"36

O GLOBO - RJ - BRASIL
ECONOMIA

Investimentos estagnados em educação - ANTÔNIO GOIS38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Busca de oportunidade eleva demissão a pedido 39

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Salários continuarão a encolher, alerta OCDE40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Divergência de política monetária fortalece dólar e penaliza emergentes 41

Senado prepara pacote de projetos para reduzir litígio tributário

Joice Bacelo Do Rio

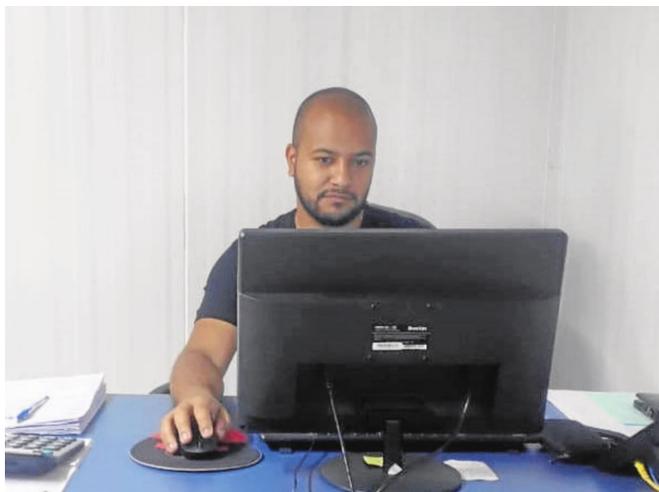
Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187327

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187327

Hora de discutir impostos



Taísa Medeiros

A complexidade do sistema tributário brasileiro é vivenciada na rotina pelo contador Edson Castro. Colaborador de uma empresa da indústria alimentícia, todos os dias antes de iniciar o trabalho, Castro acessa os sites da Secretaria da Fazenda e da **Receita Federal** para conferir se houve alguma mudança do ponto de vista tributário.

"Estamos sempre esperando as mudanças. Muitas foram acarretadas por conta da pandemia. Houve aumento de algumas alíquotas, surgiram novos **impostos**. Realmente, a gente enfrenta uma dificuldade, por isso estou sempre estudando, para estar atualizado", relata o contador, que ainda aponta que os prazos para adaptação às mudanças são curtos. "A gente tem que estar sempre correndo e estamos sempre lendo e procurando fontes de notícias." A empresa em que Edson trabalha realiza vendas para todos os cantos do país. Por isso, o contador enfrenta, ainda, diferentes taxações do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS). "Além de alguns estados estarem cobrando o ICMS, há alguns que, quando há uma redução de alguma alíquota, acrescenta outro imposto. Aí você tem que pagar algum fundo de ajuda, alguma outra taxinha para circular a mercadoria, para chegar ao cliente final", explicou.

Por conta das tantas nuances da tributação brasileira, Edson diz acreditar que, sim, a simplificação dos **impostos** - que aparece nas propostas de governo - pode facilitar a vida de toda a população. "Na questão do pagamento, pode ajudar. Acredito que a solução seria até viável para facilitar a vida tanto do contador quanto também do empresário que precisa fazer as vendas. Com a alíquota correta e proporcional,

facilitaria a vida de ambos", avaliou.

As quatro candidaturas que apresentam melhor desempenho nas pesquisas de intenção de voto - Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) - mencionam a realização de uma **reforma tributária** no sistema brasileiro. Cada uma a sua maneira explica quais estratégias pretende utilizar para simplificar a taxação no país. O problema é debatido há pelo menos 15 anos. Governos anteriores chegaram a apresentar estudos e projetos com propostas de alterações nas leis fiscais, mas nenhuma proposta foi adiante.

Remendos

"**Reforma tributária** é um assunto muito complexo. Nossa estrutura tributária veio sendo remendada desde os anos 1960, e ficou cada vez mais complexa. Hoje, se fizermos mudanças, tem setores da indústria que vão ganhar, tem setores que vão perder, tem estados que vão ganhar, tem estados que vão perder. Toda vez que o assunto chega no parlamento, os grupos defendem seus interesses e aqueles que têm privilégios na estrutura tributária vigente procuram frear o debate", explica o professor Vander Mendes Lucas, da Faculdade de Economia da Universidade de Brasília (UnB).

Na proposta de Ciro, além das críticas à atual taxa básica de juros, o pedetista afirma que a **reforma tributária** é uma das prioridades do próximo governo para que o país prospere. Nos seus planos de reforma, Ciro pretende reduzir subsídios e incentivos a empresas privadas, recriar **impostos** sobre lucros e dividendos, adotar o princípio do orçamento base zero e a taxação de grandes fortunas.

"O ex-ministro pretende estimular o setor produtivo, com ênfase nas indústrias e no agronegócio, levando menor tributação ao consumo e maior imposto sobre a renda, o que parece ser, de fato, um bom cenário para o país. Caso ele consiga se eleger e, após, aprovar referidos projetos, esse parece ser o princípio do caminho para um sistema tributário mais justo", avalia o especialista em direito tributário e sócio do escritório Briganti Advogados, Leonardo Briganti.

Líder nas pesquisas de intenção de voto, Lula defende em seu plano de governo uma "**reforma tributária** solidária, justa e sustentável". A sugestão é que os **tributos** sejam simplificados, o que fará com que pobres paguem menos e ricos paguem mais. "Vamos

recolocar os pobres e os trabalhadores no Orçamento. Para isso, é preciso revogar o teto de gastos e rever o atual regime fiscal brasileiro, atualmente disfuncional e sem credibilidade", diz o texto.

Candidato à reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) promete, como parte da **reforma tributária**, a correção da tabela do Imposto de Renda (IR). "Dentro dos compromissos de desoneração assumidos para a gestão 2019-2022 e dos princípios da responsabilidade fiscal, foi elaborada uma proposta de correção de 31% na tabela do Imposto de Renda", afirma o texto. A promessa é feita desde a campanha de 2018 do então candidato. Caso houvesse cumprido tal ponto de seu plano de governo, hoje, estaria livre de pagar Imposto de Renda quem ganha até R\$ 6.060.

Bolsonaro pretende manter o projeto atual de **reforma tributária** que visa modernizar a tributação sobre bens e serviços, simplificando o sistema como um todo e buscando permitir que o consumidor tenha mais facilidade em entender a carga fiscal incidente nas suas compras de produtos e serviços.

Por fim, a candidata pelo MDB ao Planalto, Simone Tebet, defende que a proposta que já está no Senado seja sancionada e que pessoas com menor renda paguem menos **impostos**. "Nós temos três reformas tributárias no Brasil, mas a mais importante, hoje, é a do consumo, porque quem mais paga imposto é o pobre, pois é o que mais consome", afirmou Tebet, em postagem no Twitter.

A reforma de cada um

O tema permeia os planos de governo dos candidatos à Presidência da República. Apesar de pouco detalhamento, é possível notar os diferentes caminhos que cada candidato aponta como solução para a tributação no Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) O ex-presidente Lula menciona, em seu plano, "uma **reforma tributária** solidária, justa e sustentável", que deverá ser construída "na perspectiva do desenvolvimento, 'simplificando' e reduzindo a tributação do consumo, corrigindo a injustiça ao garantir a progressividade tributária, preservando o financiamento do Estado de bem-estar social, restaurando o equilíbrio federativo, contemplando a transição para uma economia ecologicamente sustentável e aperfeiçoando a tributação sobre o comércio internacional".

O programa do petista defende também a intenção de uma reforma no Imposto de Renda (IR), procurando corrigir as desigualdades.

Jair Bolsonaro (PL) O presidente defende, em seu plano de governo, a realização da reforma para "garantir o emprego e renda e a retomada do crescimento econômico, simplificar a legislação e reduzir a carga tributária". Bolsonaro pretende, ainda, estimular a redução da tributação das empresas nacionais e também dos **impostos** de importação, "criando um ambiente de concorrência e competitividade que reduzirá os preços e melhorará a oferta e a qualidade dos produtos e serviços, beneficiando o cidadão", diz o texto.

Ciro Gomes (PDT) A reforma proposta por Ciro Gomes pretende diminuir em 20% todas as isenções fiscais distribuídas no país, que somam cerca de R\$ 340 bilhões sem qualquer critério ou obrigação de investimento. O pedetista também propõe regulamentar o imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição de 1988, mas nunca implantado, tributar os lucros e dividendos das grandes corporações empresariais, além de implantar uma alíquota maior sobre as heranças e doações, de caráter progressivo.

Simone Tebet (MDB) A candidata defende o avanço da **reforma tributária** que já tramita no Senado em até seis meses, caso seja eleita. A reforma proposta por Tebet deve priorizar a redução da carga tributária sobre a produção, com maior taxa de consumo. A senadora defende, ainda, a segurança jurídica nas relações com o setor empresarial e com investidores, com respeito aos contratos firmados. Para ela, essas ações são fundamentais para reduzir o custo Brasil.

Nada de efeito imediato

Para Fernando Zilveti, professor, livre docente do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), nenhuma das propostas tornaria o sistema tributário brasileiro mais justo - apesar de a maioria prometer o feito. "Pense num pai ou mãe, chefes de família, negociando com marido ou esposa, com filhos adultos, com receita própria, uma concentração.

De um dia para outro o que filhos e esposa (o) ganha será repassado ao chefe (a) de família, que promete repassar uma parte, depois de pagos os gastos da casa.

Ocorre que a casa gasta mais do que a receita da família. Pergunto: há alguma chance disso dar certo?", questiona.

Zilveti defende que seja feita, antes mesmo da **reforma tributária**, uma reforma administrativa.

"Diminuído o gasto público se abrirá espaço para a reforma com queda de carga e justiça fiscal. O resto é

demagogia, como está nos planos de todos os candidatos", aponta.

Na avaliação do professor Vander Mendes Lucas, o Brasil arrecada bem, porém precisa aprender a gastar melhor. "Já estamos no limite de arrecadação, não tem como arrecadar mais. Se você tentar apertar mais um pouco, a sonegação vai aumentar. A ideia é simplificar, mas é preciso ter cuidado", alerta. (TM)

Atalhos para o porte

ALINE RIBEIRO amoraes@edglobo.com.br SÃO PAULO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Não é admissível que se tenha orçamento secreto"

RAFAEL VIG NA Rafael.vigna@zerohora.com.br

Ana Amélia Lemos é natural de Lagoa Vermelha e foi jornalista por 40 anos. Eleita senadora em 2010, é autora de leis para a saúde, entre elas iniciativas voltadas aos pacientes com câncer, e também em áreas como agricultura, municipalismo, finanças e economia. Também foi secretária estadual de Relações Federativas e Internacionais do governo do Estado na gestão Eduardo Leite, quando atuou em pautas como a homologação da adesão do RS ao regime de recuperação fiscal (RRF). Em 2022, pretende retomar uma cadeira no Senado.

A senhora defende a realização de reformas estruturais, como a administrativa e a tributária, no primeiro ano da próxima legislatura. Quais devem ser os eixos dessas mudanças?

Por conhecer o comportamento do Congresso, sei: toda vez que o ambiente é contaminado por influência política ou eleitoral, há dificuldade de aprovar matérias que impliquem em sacrifícios setoriais. Uma reforma dessa envergadura, como a administrativa, vai esbarrar em interesses contrariados das corporações, especialmente **servidores públicos** federais, Estados e municípios. Por isso, a importância de fazer a discussão no início do mandato. Primeiro, define-se que tamanho de Estado queremos para que, na **reforma tributária**, se delimite o volume de recursos necessários para custear a máquina pública. Na reforma administrativa, corporações representadas no Congresso terão influência sobre o real alcance dos resultados. Quanto antes, melhor para evitar a contaminação do processo eleitoral. O eixo deve ser objetivo e claro. As lideranças necessitam ter participação ativa, madura e respeitosa no processo para que seja feita de maneira justa e responsável.

E a **reforma tributária**?

Da mesma forma. Assim como há conflitos nas categorias, existem os federativos. Também os de caráter regionais e setoriais. Os federativos envolvem a União, Estados e os municípios. A força política precisa atuar. Já os setoriais incluem a indústria, o comércio, os serviços e o turismo. E preciso acomodar interesses, que são, sim, legítimos. A meu ver, no caso da **reforma tributária**, tão importante quanto a redução da carga é a simplificação. Hoje, paga-se

muito para pagar imposto. Cito sempre o relato do empresário Jorge Gerdau (Johannpeter) que possui siderúrgica idêntica à do RS no Canadá. A diferença é que lá são três pessoas na área tributária, e aqui há mais de 250 funcionários para dar conta da mesma função. Isso exemplifica o custo para se pagar o imposto no Brasil. Não é só reduzir a carga, porque quanto mais complexo o sistema, mais fácil fica a sonegação.

Apesar de ter participado da homologação do RRF nos atuais moldes, a senhora percebe margem para que se reveja o que foi assinado ou essa foi a melhor solução para a dívida do RS com a União?

Quando cheguei ao Senado, em 2011, o governo gaúcho era de Tarso Genro (PT). Dilma Rousseff (PT) estava em Brasília e conhecia bem a realidade do Estado. Existia, à época, o chamado "alinhamento das estrelas" (gestões petistas na Presidência e no Estado). Por que não foi possível? Naquele momento, trabalhei - como depois trabalhei com José Ivo Sartori (MDB) - para defender os interesses do Estado. Não foi resolvido pelas questões que referi antes e que envolvem interesses dos Estados e da União. E também um tema político, com grau elevado de relevância e, contra isso, nem o tal "alinhamento das estrelas" funcionou. Vejo que, agora, esse debate está contaminado demagogicamente por estarmos no processo eleitoral. O RRF foi fechado com ministros gaúchos ocupando posições importantes em Brasília. Se era tão lesivo como estes mesmos dizem, qual a razão de nada terem alertado na hora de fechar o acordo com o atual governo? Não foi fácil, e o RS é um dos poucos que assinaram. Quando o governo federal fez a redução do ICMS para os combustíveis, que é uma medida boa para população, o Estado perdeu receitas, porém não ingressou na Justiça para questionar essa invasão de competências, uma vez que o ICMS é um tributo estadual. Já os Estados do Nordeste, que não assinaram o RRF, foram ao STF (Supremo Tribunal Federal). Criaram insegurança jurídica com relação à matéria. Penso que o RS fez o que estava ao seu alcance.

A questão do ICMS sobre os combustíveis representa um contrassenso de interesses e ao planejamento do Estado que vai ter de arcar com a perda de receitas? Faltou posicionamento para evitar isso?

Uma das cláusulas do RRF é não fazer questionamentos jurídicos, e o RS, outra vez, obedeceu. Isso é legalismo e segurança. Os demais Estados não fizeram e, portanto, não tinham nenhum compromisso. Agora, o STF deveria ser muito mais ágil nas questões de impacto, não só político e institucional, como nas de efeito econômico e financeiro dos Estados. Essa demora é terrível para a organização financeira e vai ser muito lesiva no futuro. Deveria ser algo pontual. O STF precisa, urgentemente, desenvolver um olhar mais acurado sobre essas questões, porque impactam a vida das pessoas.

Falamos em **tributos**, dívida e dificuldades, mas, em paralelo, há R\$ 16 bilhões carimbados para o orçamento secreto.

E vergonhoso. Não é admissível, em tempos de redes sociais ativas e de um "Big Brother" geral em que vivemos que você tenha o orçamento secreto. E dinheiro público e pública deve ser a sua aplicação. Sai do bolso do trabalhador, do assalariado, do profissional liberal, de todas as categorias. E preciso também rever o fundo eleitoral, para que se faça de forma menos onerosa para a sociedade. Já debatia esse tema antes. Você pode me questionar se eu estou usando. Sim, porque a lei é essa e eu não posso usurpar a lei e deixar de cumpri-la por conta de achar que isso está errado. Tem muita coisa errada que está na lei e é necessário rediscutir.

Em temas de maior apelo ideológico como o aborto e a descriminalização das drogas, qual é o seu posicionamento?

A lei que existe sobre o aborto é pacificadora, foi ampliada pelo STF na questão da anencefalia. O que era previsto em caso de riscos para mãe e de estupro já o estava desde 1940. A meu ver, essa pauta está pacificada com os direitos já previstos.

E as drogas?

Demandam reforçar o controle e me refiro ao crime organizado que as operam. A cocaína envolve muito poder. É uma commodity violenta com volume exorbitante de recursos movimentados. Então, defendo ação mais enérgica no controle de quem produz esses produtos químicos. É grave simplesmente legalizar. Tenho posição mais conservadora. Uma coisa é o uso terapêutico da maconha, a Anvisa já se manifestou e há tratamento diferenciado. O uso medicinal está dentro de um limite bem estruturado, caso do canabidiol. Mas para o uso recreativo penso que é diferente.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Após a deflação (Editorial)

A trégua da **inflação** continuou em agosto. A queda de 0,36% do IPCA, o principal índice de preços ao consumidor, foi a segunda consecutiva e levou a variação acumulada em 12 meses para 8,73%, o primeiro resultado abaixo de dois dígitos desde setembro de 2021.

A boa notícia decorre principalmente da redução no preço dos combustíveis. Como resultado de cortes de **impostos** domésticos e do barateamento do petróleo no mercado mundial, a gasolina caiu 11,64% e sozinha subtraiu 0,67 ponto percentual do índice.

De modo geral, preços industriais também proporcionam alívio, conforme se normalizam as condições de produção e transporte no mundo, passados os piores impactos da pandemia. A valorização do real também tem contribuição relevante, ao baratear importações. A alimentação no domicílio, embora tenha subido 13,4% em 12 meses, também deve perder fôlego.

Com isso, as projeções para o fechamento do ano caíram de quase 9%, em junho, para 6,6% agora. É um progresso relevante, mas ainda incipiente e longe de garantir uma trajetória sustentável de redução.

Como é usual no Brasil, o longo período de **inflação** elevada reforça a indexação, o que confere caráter inercial aos preços, dificultando seu controle. Sinal disso é a aceleração dos serviços, que deve manter o IPCA acima das metas oficiais pelo menos até 2024, pelas projeções mais recentes.

Daí os sinais de conservadorismo do Banco Central. Embora tenha indicado o fim do ciclo de alta de juros, a instituição sugere que sua taxa, hoje em 13,75% ao ano, deverá permanecer alta por vários meses.

Inflação e juros elevados são uma combinação ruim para a atividade econômica. Ainda que o crescimento do Produto Interno Bruto venha surpreendendo positivamente e possa superar 2,5% neste ano, espera-se um impacto crescente do torniquete financeiro.

O custo é visível para ampla parcela da população que tem dificuldades de manter o consumo de serviços mais caros -um novo golpe após dois anos de alimentos e outros itens essenciais em disparada.

Como endividamento em alta, o encarecimento do crédito restringe o orçamento das famílias. Indicadores

relativos ao início do terceiro trimestre já mostram perda de fôlego da atividade. São críveis as projeções que apontam para crescimento menor em 2023, apenas 0,5%. Melhorar esse prognóstico será desafio do próximo governo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

32

Bolsonaro manobra entregas de "toma lá, dá cá" eleitoral e acumula veículos



Veículos e máquinas agrícolas armazenados em terreno de campus de universidade federal em Mossoró (RN) por Nelson A.

Flávio Ferreira e Artur Rodrigues são paulo

Longas fileiras com dezenas de caminhões e tratores parados em um terreno impressionam quem passa pelo campus da Ufersa (Universidade Federal Rural do Semi-Árido), em Mossoró (RN).

Os bens foram comprados pela Codevasf, estatal entregue por Jair Bolsonaro (PL) ao centro, e devem chegar a seus aliados políticos.

Graças a uma operação casada da gestão Bolsonaro para executar manobras na lei e em doações oficiais, esses produtos poderão ser distribuídos em pleno período eleitoral, driblando a legislação que impedia a prática do "toma lá, dá cá" com fins políticos.

O malabarismo buscou tirar, pelo menos no papel, a gratuidade das distribuições de bens pelo governo. Ao deixarem de ser de graça, supostamente passaram a estar em conformidade com a lei.

Para esse fim, a documentação das doações passou a estabelecer que associações ou entidades beneficiadas devem pagar ou fazer algo em troca, como entregar polpa de frutas a instituições sociais ou 5 kg de carne a uma escola.

A Codevasf nega que a medida configure uma tentativa de burlar a lei.

Há casos em que é exigido o pagamento de 1% do valor da máquina ou equipamento.

A estratégia busca permitir à Codevasf despejar nos redutos políticos dezenas de milhões de reais no ano

em que a população vai às urnas. As compras para doação pela estatal totalizaram quase R\$ 600 milhões desde 2021.

À disposição do governo e aliados, está até um catálogo de produtos feito pela Codevasf para que os políticos possam escolher como vão agradar seus correligionários.

No campo legal, a manobra do governo começou com um projeto de lei de iniciativa do Planalto, na Câmara dos Deputados, que tinha como tema o orçamento federal de 2022.

Mas, em sua tramitação, a proposta legislativa acabou ganhando um artigo que não tinha relação com seu assunto original, artifício que é chamado de "jabuti" no meio político.

Aprovado, o texto emplacou a orientação de que a doação oficial de bens em ano eleitoral é permitida desde que acompanhada de encargos **impostos** aos beneficiados.

O "jabuti" foi proposto pelo deputado federal Carlos Gaguim (União-TO), ex-vice-líder do governo Bolsonaro na Câmara, e passou a compor a lei federal 14.435 de 2022, que entrou em vigor em 4 de agosto.

Após a sanção de Bolsonaro, o partido Rede Sustentabilidade apresentou ação ao Supremo Tribunal Federal para pedir que o artigo seja considerado inconstitucional. De acordo com a legenda, além de configurar um "jabuti", o novo texto viola a regra de que as leis eleitorais só podem ser alteradas no ano anterior aos pleitos.

"Trata-se, a rigor, de um benefício indevido dado a quem está de plantão no poder, que poderá se utilizar da máquina pública para fazer doações com caráter puramente eleitoral", segundo a petição.

A Folha examinou papéis de distribuição da Codevasf, chamados de "termos de doação". Muitos não escondem que novas cláusulas foram incluídas para driblar a lei eleitoral.

No Piauí, por exemplo, os termos de doação da superintendência local são expressos e citam que, "em decorrência do ano eleitoral", o encargo para a doação

é a realização de um curso de cooperativismo.

Na Paraíba, a Codevasf entregou a uma cooperativa um veículo pesado pa carregadeira no valor de R\$ 470 mil, e, no papel, pediu como "contrapartida" a doação de polpa de frutas a instituições sociais, equivalente a 1% do valor do equipamento.

Enquanto as manobras são formalizadas nacionalmente, os veículos da Codevasf estão há meses na Ufersa, aguardando o envio a cidades do RN.

No fim de agosto, havia 31 caminhões, sete tratores e dois arados no terreno do campus cedido à Codevasf. Segundo indicam folhas de papel coladas nos veículos, foram entregues há três meses. Na quinta (8), eram 26 caminhões.

A regional do Rio Grande do Norte da Codevasf foi criada na gestão atual, em reduto de Rogério Marinho (PL), ex-titular do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Marinho, que assumiu em 2020, deixou a pasta em março para concorrer ao Senado.

Um de seus adversários políticos, Carlos Eduardo Alves (PDT), também candidato a senador, já pediu à Justiça Eleitoral uma investigação sobre um suposto abuso de poder político do ex-ministro ligado às doações da Codevasf.

"O demandado [Marinho] fez uso de toda a estrutura do governo federal, em especial do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Codevasf para em concedendo favores, os cobrar no período e eleitoral", segundo a petição.

Em rede social, o prefeito de Mossoró, Alysson Bezerra, aliado de Marinho, comemora a chegada de veículos e agradece ao ex-ministro. "Agradecemos ao ministro Rogério Marinho pela atuação junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional e Codevasf para o atendimento das nossas solicitações", escreveu.

Conforme a Folha revelou, na esteira da explosão de gastos com as chamadas emendas de relator, os valores com doações de veículos e maquinário pela Codevasf saltaram de R\$ 178 milhões, em 2020, para R\$ 487 milhões, em 2021, aumento de 173%. Só nos primeiros cinco meses de 2022, o montante chegou a R\$ 100 milhões.

Procurada pela Folha, a Secretaria-Geral da Presidência afirmou que a alteração legal "foi aprovada pelo Congresso e não há

inconstitucionalidade no dispositivo".

A Codevasf nega que a mudança na redação dos termos de doação configurou uma medida para burlar a lei.

Segundo a estatal, "em atenção à lei eleitoral, que veda a doação gratuita de bens em anos de eleição, termos de doação firmados pela Companhia em 2022 estabelecem encargos aos beneficiários".

A empresa afirma ainda que os termos observam a lei, independentemente dos períodos em que são firmados, que as entregas ocorrem no âmbito de projetos de desenvolvimento regional e são feitas manutenções periódicas nos bens armazenados em pátio.

"Os bens serão entregues assim que os processos de transferência forem concluídos. Esses processos envolvem análises de adequação técnica, conformidade legal e conveniência socioeconômica", completa.

Rogério Marinho nega ter interferência na estrutura da Codevasf e diz que seu estado não foi favorecido. "Entre 2019 e 2021, foram adquiridos 16.186 equipamentos parado pela Codevasf aos 14 esta área de atuação da empresa. O RN aparece apenas na 10a posição no ranking de estados destinatários das doações", diz nota do advogado do deputado, Felipe Cortez.

Marinho afirma que informações falsas foram divulgadas com intuito político. "As acusações contidas em ação ajuizada por adversário não resistem à apuração minimamente cuidadosa." Procurado, o deputado Carlos Gaguim não se manifestou.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

32

Guedes embarca na campanha e cede a auxílio de R\$ 600



O ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento no Itamaraty. Gabriela Bilo - 21.jun.2022/Folhapress

Idiana Tomazelli *brasil*

O ministro Paulo Guedes (Economia) embarcou na campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) e assumiu o discurso de manutenção do benefício mínimo de R\$ 600 no Auxílio Brasil, apesar de isso representar a necessidade de mudanças no teto de gastos -norma constitucional que impede as despesas federais de crescerem acima da inflação.

O chefe da equipe econômica também tem ido a campo, em encontros com empresários e representantes do mercado financeiro, para rebater críticas e defender as políticas adotadas sob sua gestão.

Antes do envio da proposta de Orçamento de 2023, que colocou o governo na linha de tiro por cortes em programas sociais, Guedes adotava um discurso mais moderado em relação ao Auxílio Brasil.

Segundo interlocutores do mercado financeiro, em reuniões no início de agosto, o ministro buscou deixar na conta de Bolsonaro a promessa de manutenção do valor maior, o que foi interpretado como uma ressalva ao impacto fiscal adicional decorrente dessa sinalização.

Nessas conversas, Guedes também transmitiu a mensagem de que o piso de R\$ 600 do Auxílio Brasil

valeria para este ano, e o futuro do benefício seria discutido num segundo momento.

No entanto, o envio do Orçamento sem essa garantia mínima, devido a restrições legais à inclusão dessa despesa, deixou o governo exposto a críticas. Guedes deixou de participar de entrevista coletiva para detalhar os dados e a promessa R\$ 600 no futuro, como chegou a ser sugerido por técnicos do governo, segundo relatos feitos à Folha.

A campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passou a usar o potencial corte no programa como fator para desgastar Bolsonaro.

Guedes virou a chave e abandonou a prudência em 1º de setembro, dia seguinte à apresentação da proposta orçamentária. "O compromisso está assumido, vai ser R\$ 600 e ponto final", sentenciou a uma plateia de empresários.

O aval do chefe da equipe econômica foi imediatamente incorporado ao discurso do presidente como uma espécie de mantra para dissipar as críticas. "Ele [Guedes] me garantiu que temos condições de manter os R\$ 600", disse Bolsonaro à Jovem Pan em 6 de setembro.

Até agora, porém, não há evidência concreta de como o custo extra será acomodado nas regras fiscais, ou como isso vai afetar a trajetória da dívida pública do país.

Na proposta de Orçamento, estão reservados R\$ 105,7 bilhões para o programa social, o suficiente para bancar um benefício médio de R\$ 405,21. Assegurar o piso de R\$ 600 demandaria uma despesa extra de R\$52,5 bilhões.

Os valores não incluem a nova promessa de Bolsonaro, um adicional de R\$ 200 para o público do Auxílio Brasil que conseguir emprego (regra já prevista em lei desde 2021, mas não implementada pelo presidente).

Nas conversas reservadas com o mercado, o ministro tem adotado tom austero, concordando com as preocupações fiscais ao mesmo tempo em que admite a necessidade de fazer alterações no teto de gastos. O caminho para isso e o formato exato da regra no

futuro, porém, têm passado ao largo das explicações.

Em público, por sua vez, Guedes já surgiu falando em calamidade ou prorrogação do estado de emergência para assegurar o pagamento dos R\$ 600, trazendo insegurança sobre a existência de uma solução duradoura para o impasse fiscal.

O Tesouro Nacional discute internamente uma proposta para dar mais flexibilidade ao teto, conforme detalhou a Folha, permitindo o aumento de despesas quando a dívida pública segue trajetória mais favorável. Mas os parâmetros ainda não são conhecidos -e eles podem determinar se o governo teria espaço extra ou não já em 2023.

A proposta dos técnicos tem sido o ponto de partida de Guedes para falar ao mercado sobre a futura mudança no teto, sem muitos detalhes. Ele também se apega à promessa de que os R\$ 600 do Auxílio Brasil serão condicionados à retomada da tributação de lucros e dividendos distribuídos à pessoa física para manter o discurso de responsabilidade fiscal. A medida não resolve o problema do teto, mas indica uma fonte permanente de receitas para bancar o gasto.

Nessa mesma linha, o ministro tem demonstrado intenção de resgatar a pauta "DDD", que inclui desvincular, desindexar e desobrigar despesas. No ano que vem, o Orçamento terá 93,7% dos gastos previamente carimbados para aposentadorias, salários, despesas em educação e saúde e outros itens considerados obrigatórios.

Guedes defende "quebrar o piso", uma imagem usada de forma corriqueira pelo ministro para abrir espaço no Orçamento ao desvincular e desindexar despesas. Em 2021, no entanto, sua equipe tentou propor políticas nessa direção, com o congelamento de aposentadorias, que ficariam sem correção pela **inflação** -uma ideia impopular, que fez Bolsonaro disparar a ameaça de "cartão vermelho" a quem fosse o autor de ideias semelhantes, que tirariam dos pobres para dar aos paupérrimos.

Ao mesmo tempo, o ministro dá indicações de não ser tão rígido com sua proposta. Segundo interlocutores, Guedes já sinalizou que, em eventual reeleição de Bolsonaro, uma fatia do Orçamento continuará carimbada para as emendas de relator.

As emendas de relator são recursos públicos usados como moeda de troca nas negociações com o Congresso Nacional, privilegiando aliados do governo. No ano que vem, elas somarão R\$ 19,4 bilhões -quase o valor de todos os investimentos a serem controlados pelos ministérios em 2023.

Defensor de "devolver à classe política o controle do Orçamento", Guedes já minimizou a relevância das emendas de relator por representarem "menos de 1%" dos gastos totais, que chegarão a R\$ 1,9 trilhão no ano que vem.

Apesar de falar sobre o futuro, Guedes condiciona sua permanência no cargo à manutenção da "aliança entre liberais e conservadores", uma referência ao apoio para que a pauta de reformas e privatizações avance dentro do governo e no Congresso.

Ao longo dos três anos e oito meses de governo, porém, nem sempre ele teve esse suporte. Após emplacar, no primeiro ano, uma reforma da Previdência mais robusta que o esperado no mercado, a equipe econômica precisou lidar com os efeitos da pandemia e com o ímpeto gastador das alas política e militar.

A proximidade do calendário eleitoral também inspirou o Palácio do Planalto a basear instrumentos para impulsionar a popularidade de Bolsonaro. Desde 2021, já foram quatro alterações constitucionais na tentativa de criar espaço no Orçamento para medidas com apelo popular, como a ampliação do Auxílio Brasil e a criação de benefícios temporários para taxistas e caminhoneiros.

Criticado nessas reuniões por ceder às pressões eleitoreiras, Guedes se defende exaltando o desempenho positivo da economia e afirmando a seus interlocutores que as mudanças foram feitas "dentro das regras".

De fato, as alterações foram submetidas ao crivo do Congresso Nacional -que aceitou alterar a Constituição para abrir os cofres em ano eleitoral. Por outro lado, o ministro ouviu que uma das fragilidades é justamente a insegurança decorrente da facilidade de se alterar a Constituição após tantas investidas.

Nessas conversas, segundo os relatos, Guedes concordou com as preocupações fiscais, mas não ofereceu soluções. Apesar das reclamações pela falta de detalhamento, o ministro reage a quem o acusa de não explicitar o plano econômico de um eventual segundo governo Bolsonaro.

"Eu acho patético às vezes as pessoas falando assim "ah, não, ele nunca falou qual o plano dele" " disse ele em vídeo compartilhado pelo presidente na quinta-feira (8). Após enfileirar metas de abertura econômica, redução de **impostos**, controle de gastos, foco social e autonomia do Banco Central -entre outras iniciativas não mencionadas- Guedes afirmou que "todo mundo sabe qual é o programa".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

32

Vilões da inflação', alimentos devem trazer 'alívio' em 2023

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187327?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187327?page=8§ion=2

"Mundo caminha para um ciclo estagflacionário"



ROSANA HESSEL

Pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics (PIIE), conceituado think tank norte-americano, em Washington, a economista e escritora Monica de Bolle considera crítico o quadro da economia brasileira e alerta que o Brasil não está imune ao processo de estagflação em curso nas maiores economias do planeta.

Estagflação é o pior dos mundos em termos econômicos: não há crescimento, os preços continuam subindo e o desemprego aumenta. O momento atual no país, de um pouco de crescimento e de **inflação** perdendo força - que vem sendo utilizado na campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) - é temporário. A especialista ressalta que o país está em um timing diferente do resto do mundo. "O descolamento é temporário. Ele nunca é permanente, porque o Brasil não está em Marte", resume.

A analista prevê que, ainda no começo de 2023, o país vai mergulhar no processo de estagflação global e os efeitos por aqui podem ser muito piores, porque a economia não é dinâmica, além de estar desorganizada. Monica analisa que, em grande parte, esse desarranjo é culpa do atual governo que, para vencer as eleições a qualquer custo, está criando bombas fiscais insustentáveis. "O Brasil está crescendo artificialmente. É como se fosse um

paciente sobrevivendo à base de ventilação, cheio de tubo", ressalta. Por isso, o discurso otimista do governo é "de palanque".

A seguir, os principais trechos da entrevista de Monica de Bolle concedida ao Correio: A economia internacional está com um cenário de **inflação** elevada e desaceleração. Como a senhora avalia a conjuntura?

Está muito complicada, porque há um choque de oferta no mundo de extrema relevância, que é a guerra na Ucrânia e a resposta dos países em relação ao petróleo e ao gás natural russo. O momento é complicado para a Europa em termos de crescimento e de **inflação**, por conta do que está acontecendo. Antes da guerra na Ucrânia, já havia vários outros choques temporários de oferta relacionados com a pandemia. Mas, esse sim, é grande e permanente. Eu diria que é equiparável, pelo menos, ao primeiro choque do petróleo nos anos 1970, em termos de impacto no mundo. E ainda tem outras sequelas e outros choques acontecendo em parte relevante da economia mundial. A China, por exemplo, com a política de covid zero, com os lockdowns, proporciona choques de oferta junto à guerra. Para a economia mundial, esse cenário é meio estagflacionário. Você reduz o crescimento e tem que conviver com **inflação** mais elevada, que não responde muito à política monetária tradicional, porque é um choque de oferta. Os bancos centrais ficam numa espécie de sinuca de bico, porque eles vão elevar as taxas de juros, sim, pois existem efeitos de segunda ordem que precisam ser contidos, para não enraizar a **inflação**.

Mas a senhora acha que esse problema tende a durar enquanto houver a guerra na Ucrânia?

Acaba indo além da guerra, porque suponhamos que nos próximos meses, mesmo se a Ucrânia ganhar a guerra, ganha, entre aspas, tendo perdido, porque boa parte do país foi destruída. E, por outro lado, a Rússia continua sendo pária internacional. Esse quadro de aumento dos preços de energia continuará a valer, não desaparece de uma hora para outra só porque a guerra acabou. Portanto, haverá a convivência prolongada com um cenário meio estagflacionário para o mundo. Esse é o pior dos mundos em termos políticos e de política econômica, porque não tem muito bem como se responder.

Esse problema pode se estender por 2023 e 2024? Como o mundo sairá desse cenário?

Certamente se estende por 2023 e pode se estender por 2024. É difícil de dizer, porque depende de como os países vão reagir e se haverá mecanismos de compensação via suprimentos de energia renovável. Mas muito provavelmente, você ainda tem alguma estagflação em 2024. É, sim, um cenário longo.

Aqui no Brasil o governo fala que o país está decolando e descolado do mundo. Não é um tanto contraditório?

O Brasil, no momento, está crescendo. Mas é um caso à parte, porque está em um ciclo eleitoral e houve essas tentativas - não tenho outra palavra - de comprar os eleitores. Esses benefícios acabam sendo um estímulo de curto prazo para a economia. Nada disso é sustentável. No fim das contas, você consegue isolar o Brasil por alguns meses, mas não para sempre.

Qual custo podemos esperar das consequências desse pacote de medidas no futuro?

Isso tem um custo alto. O ciclo estagflacionário que está acontecendo agora no mundo ainda não ocorre no Brasil. Essa falta de sincronia entre o Brasil e o ciclo da economia global como um todo é normal. As coisas, na economia, nunca estão em sincronia perfeita. Vai afetar o Brasil de uma forma muito mais complicada. É difícil para todos, até quando há espaço fiscal e dinamismo econômico necessários, como é o caso dos Estados Unidos. A economia norte-americana é dinâmica e não tem o problema energético da Europa. No Brasil, não é assim, não é uma economia com dinamismo e já não era antes do Bolsonaro. É um país que tem uma dependência muito grande da economia global, de modo geral, e isso é algo que tem repercussões positivas e negativas. O Brasil também atravessará uma situação de estagflação. Se o Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) tem dificuldade para lidar com o cenário estagflacionário, imagina o Banco Central brasileiro.

Na época da Dilma, o cenário era parecido e o país tinha risco de entrar no processo de dominância fiscal. Os juros estão quase no mesmo patamar daquele período. Esse cenário é possível, agora, depois de tantas medidas fiscais e promessas do governo?

Claro que pode, porque tem muita coisa fora do lugar. A economia brasileira está completamente desorganizada graças ao Paulo Guedes. Esse quadro pode, num cenário estagflacionário, acabar resultando

em coisas deletérias. O que me preocupa mais é o Brasil não ter como articular uma política econômica nesse cenário global, porque a política monetária tem seus limites em termos de contenção inflacionária. É muito complicado conseguir ter um conjunto de políticas racionais e que sejam eficazes nesse contexto. No governo Dilma Rousseff (PT), também houve um choque externo importante, com um quadro da Europa em crise. Existem paralelos, mas tem uma diferença fundamental, que é a polarização política atual. Nesse cenário, a estagflação será um problema grave, não só para formuladores de política econômica, mas para os sistemas políticos. No cenário de estagflação, a política é capaz de fazer muito pouco. E isso, em um lugar como o Brasil, tende a ser ainda pior.

Na campanha, todos os candidatos falam sobre a necessidade de um novo arcabouço fiscal. O teto de gastos está no chão. O Banco Central não vai conseguir baixar os juros tão cedo. E que cenário será esse?

O teto de gastos já caiu e sabemos disso há algum tempo, era inevitável. Dado o volume de herança na área fiscal, não tem espaço para uma regra completamente rígida. O principal problema foi a maneira como ele foi implementado no Brasil, com rigidez extrema, que ia implodir. O teto perdeu credibilidade no momento em que o desenho dele ficou ruim. Agora não dá para colocar no lugar do teto um outro teto. Em termos de regras fiscais, o país precisa ter certo dinamismo, porque as coisas mudam e o arcabouço fiscal tem que acompanhar. O que parece dar certo, em termos de experiência internacional, são regras mais flexíveis e que tenham compatibilidade com ciclo econômico pelo qual o país está passando.

O atual governo teria credibilidade para mudar esse arcabouço?

Nem o atual governo, nem qualquer outro. A sociedade brasileira não está mais disposta a tolerar nada. Fica difícil você ver, a curto prazo, alguém propondo corte e controle de gastos. Por outro lado, você tem um problema imenso dentro do Congresso Nacional. O Congresso que vai sair das eleições deste ano será mais ou menos o mesmo. É um parlamento que está feliz em ficar recebendo dinheiro do Bolsonaro, e vai exigir isso de qualquer outro presidente. Isso também não é sustentável. Eu não quero soar apocalíptica, mas acho que, se a gente pensa, hoje, que o país está ingovernável, a tendência é que fique mais ainda, seja quem for que ganhe as eleições.

Olhando para as propostas de governo dos candidatos

à Presidência, tem alguma solução?

Ninguém propõe solução, esse é o principal problema. Os programas de governo sempre tendem a ignorar a economia externa e como isso vai impactar o Brasil. Nenhum plano de governo faz isso com esse tipo de lente. Os economistas brasileiros que estão eternamente no Brasil desde a década de 1990 não fazem parte do debate internacional. Estão completamente por fora. Todos os programas de governo têm problemas graves. Alguns têm uma ou outra proposta exequível, mas nenhum deles vai resolver a magnitude dos problemas que o Brasil vai enfrentar, para além dos que já tem.

Mas o que mais chama a atenção de propostas extremamente inexecutáveis?

Todas elas são fantasiosas e incompletas. Eu não chamaria as propostas necessariamente de absurdas. O problema é que não levam em consideração o que significa o Brasil inserido no planeta Terra. O mundo passou por uma pandemia e está extraordinariamente diferente do que era nas últimas eleições. Há uma imensa descontinuidade que não é levada em consideração. Não dá para querer pensar com diretrizes parecidas com o que pensava em 2018, porque o mundo simplesmente mudou.

E como inserir o Brasil nesse novo mundo? Como evitar que continue ficando fora das novas mudanças do cenário internacional?

O mais importante, nesse contexto, é que os futuros formuladores de política econômica pensem e reflitam não só sobre o que é importante para o Brasil internamente, mas como a inserção no mundo é afetada por choques em profusão na economia mundial. Falta esse olhar de que, mal ou bem, o Brasil pertence ao mundo e o que acontece no país, em termos de política econômica, depende do que está acontecendo lá fora. Agora, o Brasil está crescendo artificialmente. É como se fosse um paciente sobrevivendo à base de ventilação, cheio de tubo. Esse crescimento e esse aumento do emprego estão diretamente relacionados com o ciclo eleitoral e com a intenção do governo de ganhar as eleições custe o que custar. Naturalmente, os problemas se manifestam depois. A gente consegue enxergar isso, mas convencer a população, em geral, é uma tarefa quase que impossível.

O governo tem um discurso otimista. Afirma que o Brasil retomou em V, está descolado dos outros países e que a economia vai bombar?

O descolamento é temporário. Ele nunca é permanente, porque o Brasil não está em Marte. O

Brasil está na Terra. O país só teria um descolamento permanente se o Brasil estivesse em outro planeta, mas não está. Não é conveniente para o governo falar sobre os problemas que vão vir pela frente, porque é um momento de eleição. O discurso econômico é um discurso político. Não é um discurso técnico a respeito do que está acontecendo. É um palanque.

Um dos argumentos é a diminuição da relação dívida-**PIB** devido à **inflação**. Mas tem um monte de precatórios debaixo do tapete?

Esse argumento da dívida-**PIB** diminuindo por causa da **inflação** a população em geral não consegue compreender. Esse é um efeito alheio para qualquer pessoa comum. Nisso você cai no problema de comunicação. O importante é comunicar que tem várias coisas plantadas que vão estourar no ano que vem. É importante dizer que o cenário é inflacionário, independentemente do que faça o Banco Central. As pessoas precisam estar preparadas para isso. A tendência é o crescimento do Brasil diminuir. Como ninguém fala, o discurso do governo prevalece. Mas as pessoas não se convencem necessariamente com isso porque estão vendo a **inflação** comer o salário.

Reforma no teto de gastos é meta para presidenciáveis



Especialista aponta mudanças das condições políticas sobre Orçamento que deram maior poder ao Congresso nos últimos anos

Alexa Salomão

Não importa quem vença a eleição presidencial, a regra do teto de gastos (que impede as despesas federais de crescerem além da **inflação**) dificilmente será a mesma a partir de 2023. Os quatro candidatos à Presidência da República com melhor desempenho nas pesquisas eleitorais avaliam mudanças na estrutura que rege o gasto público. A leitura geral é que o teto, como foi criado, já não existe.

Um de seus pais, o economista Marcos Mendes avalia que a norma foi eficiente para deter a pressão por gastos no curto prazo. Quando apareceu alguma demanda inusitada por recursos, foi possível justificar que ela não cabia no teto. No entanto, a regra não resistiu às mudanças nas relações de poder.

Na avaliação de Mendes, houve, nos últimos quatro anos, uma forte deterioração das condições políticas que determinam o gasto público, com o Congresso ganhando poder em detrimento do Executivo e aprovando aumentos de gastos sem estabelecer fontes de receitas, por exemplo.

Para piorar, diz ele, o presidente Jair Bolsonaro (PL) virou sócio do expansionismo fiscal, fragilizando quem quer segurar as despesas no governo. Um exemplo disso foi a aprovação, a toque de caixa, da proposta de emenda à Constituição que abriu espaço para elevar o Auxílio Brasil e conceder outros benefícios em plena campanha à reeleição.

Nesse aspecto, o teto deixou de ser um instrumento de ancoragem das expectativas de médio e longo prazo e, segundo Mendes, nenhuma outra regra de gasto sobreviverá muito tempo nesse ambiente.

"Fica muito difícil controlar gastos se não mudar isso.

No regime presidencialista, quem tem poder sobre o Orçamento é o Executivo, e ponto final. Não há no mundo um Congresso que possa incluir tantas emendas e mexer com tal nível de detalhamento em um Orçamento como o nosso. Não se vê isso nem em países parlamentaristas"

DÉFICIT O economista Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, e que atua na campanha da candidata a presidente Simone Tebet (MDB), identifica outro desafio relacionado aos limites do Orçamento. Ele se declara "horrorizado" com o conteúdo do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023. Nas contas dele, o déficit primário deve ser de pelo menos 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023, o que representa um resultado de quase R\$ 200 bilhões no vermelho.

Descontado o período da pandemia, que levou o déficit primário a 10% em 2020, a última vez que se viu um déficit desse tamanho foi em 2015 e 2016, respectivamente de 2% e de 2,6%. "Na proposta orçamentária, falam que vão manter o Auxílio Brasil em R\$ 600, mas colocam na conta previsão para R\$ 400. Falam que vão reajustar a tabela do Imposto de Renda, mas também não tem recurso previsto para isso. Fazem uma compressão das despesas não obrigatórias que é irrealista, simplesmente, metade do que gastaram neste ano", diz Bacha. "Não dá para o governo funcionar com a previsão de dinheiro que está lá. Será preciso retirá-la do Congresso e refazê-la até 31 dezembro"

O líder nas pesquisas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi o primeiro a deixar claro que vai abolir o teto de gastos, considerado muito restritivo especialmente para a política social. "Vamos tirar o teto que está aí e construir um novo arcabouço fiscal", diz o economista Guilherme Mello, um dos responsáveis pelo programa de governo do PT. "Apresentamos as diretrizes no programa, mas a nova regra para o fiscal terá de ser negociada porque toda mudança depende de uma PEC e de um debate maior com a sociedade e o Congresso"

Tesouro planeja flexibilização

No fim do mês passado, o Tesouro Nacional anunciou que já colocou em discussão um novo modelo de controle dos gastos considerado mais flexível. A despesa poderia crescer mais a depender do nível de

endividamento e do **PIB**. O crescimento do gasto poderia superar a **inflação** quando a dívida estivesse abaixo de determinado patamar desde que o percentual acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficasse abaixo do crescimento do **PIB**.

A cúpula do Ministério da Economia fala em um sistema de metas para o endividamento. Não foram apresentados números oficialmente, mas envolvidos nas discussões chegam a mencionar que o objetivo seria aproximar o endividamento brasileiro do patamar de países emergentes, em torno de 60% do **PIB**. Hoje, a dívida bruta representa 77,6% do **PIB**.

O ex-ministro Ciro Gomes (PDT) é outro presidenciável que fala abertamente em revogar o teto atual. Na manifestação mais recente, na sexta-feira, ele mencionou que a revisão da norma beneficiaria a educação. O economista Nelson Marconi, que está na coordenação do programa de governo, diz que está em estudo uma regra de limite para o gasto associado ao **PIB**. "Da forma como ele está, o teto virou uma obra de ficção", diz Marconi.

A equipe econômica de Tebet também pretende fazer alterações na regra do teto, mas para resgatá-lo. "A importância do teto no controle da despesa é inegável. A gente viu como ele foi importante para derrubar a taxa de juros de dois para um dígito e para reduzir a **inflação**", diz economista Elena Landau, coordenadora do programa econômico de Tebet.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/12/09/2022/p1>

Em jogo, o futuro da monarquia



Elizabeth II precisou driblar toda sorte de problemas e dramas familiares públicos durante seu longo reinado



Elizabeth II durante cerimônia aborígene na Austrália: na agenda da rainha constavam viagens para países da Commonwealth, submetidos simbolicamente à família real

Bertha Maakaroun

Sem o mesmo carisma e reconhecimento popular de que gozava a mãe, Elizabeth II - morta na quinta-feira, aos 96 anos -, o rei Charles III assume o trono em momento crítico para o Reino Unido e, por extensão, para a monarquia britânica. Esse estado soberano, que integra sob um único reino Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales acaba de perder para a sua ex-colônia, a Índia, a posição de quinta economia do mundo. Vive profunda crise econômica, **inflação** de dois dígitos, desgastes decorrentes do Brexit e insatisfações políticas de longa data, que tendem a reavivar o ímpeto independentista da Escócia (que não é novo) e catalisar ideias que também circulam na Irlanda do Norte e em Gales.

Ainda no campo da política, acaba de assumir a primeira-ministra Liz Truss, que, sem perfil agregador, não tem a plena confiança da população e de seu próprio Partido Conservador: foi eleita com 57,4% dos

votos válidos da legenda, a mais baixa porcentagem entre os quatro eleitos por voto indireto desde 2001.

"São desafios que a monarquia inglesa vai enfrentar sem Elizabeth II, que construiu em torno de si uma imagem de grande autoridade, um símbolo forte da continuidade, da ideia de que o Reino Unido sobreviveu às Grandes Guerras, às crises que vieram depois delas", afirma Jorge Macarenhas Lasmar, professor de Relações Internacionais da PUC Minas e doutor em Relações Internacionais pela London School of Economics.

"Charles III não tem esse carisma. E o fim dessa credibilidade pode ameaçar a própria ideia do Reino Unido, com o fortalecimento dos movimentos independentistas da Escócia, Irlanda do Norte e Gales", pontua Lasmar. "É significativo que a primeira coisa que o rei vai fazer, e está no protocolo Unicórnio, é visitar os países para que declarem lealdade", sustenta.

Lasmar assinala que a questão que se coloca é se Charles III também vai conseguir manter a ideia da monarquia, distante da realidade de vida da população. "Há movimentos republicanos contra a realeza. Charles vai ter pulso e carisma para manter a própria monarquia?", indaga.

Opinião semelhante manifesta Dawisson Belém Lopes, professor de Política Internacional da UFMG e pesquisador visitante da Universidade de Oxford, para quem a morte da rainha, uma personalidade em quem a população do Reino Unido confiava, coincide com momento de turbulência econômica e política. "O Estado enfrenta crises múltiplas, uma crise econômica séria, com perspectiva de recessão. **Inflação** de dois dígitos, uma novidade para eles, há quase 30 anos não tinham **inflação** tão alta, que tem a ver não só com a guerra na Ucrânia, mas também porque há seca no país e na Europa inteira", destaca Dawisson Belém Lopes.

Esse quadro tende a se agravar com a proximidade do inverno, diz: "As famílias não têm como pagaras contas projetadas com a despesa de gás, o aumento dos preços internacionais da energia, pela corte do gás russo".

INCERTEZAS A instabilidade econômica e social é também potencializada pela desconfiança em relação à nova primeira-ministra do Reino Unido, diz Dawisson Belém. "Foi um arranjo dentro do Partido Conservador,

que inclusive começa a perder força. Se fosse chamada eleição hoje, os trabalhistas voltariam ao poder", sustenta.

É assim que Charles III assumirá a chefia do Estado em meio a esse cenário de incertezas políticas, econômicas, recessão e de pressões orçamentárias sobre os compromissos assumidos pelo Reino Unido com o armamento à Ucrânia. "Em meio a esse turbilhão parte a respeitada rainha Elizabeth II. É um momento sensível. O Reino Unido foi pego num momento duro", acrescenta.

Sem império, mas com a coroa

Detalhado à batida de minutos e sob a supervisão da principal interessada, o script protocolar estava desenhado há anos, definindo como seria o luto britânico, assim como a sucessão da rainha Elizabeth II. Foram 70 anos como chefe de estado do Reino Unido e de outros 14 reinos do Commonwealth - ex-colônias entre as quais Canadá, Austrália e Nova Zelândia -, o que fez dela a segunda mais longa monarca da história, atrás de Luís XIV (1638-1715). Ao longo do reinado, aprovou 16 primeiros-ministros, a última dois dias antes de morrer, Liz Truss. A ironia é que Truss foi, na adolescência, crítica da monarquia.

As décadas de Elizabeth não foram tão gloriosas quanto as da rainha Vitória (1837-1901), que constituiu e liderou o Império Britânico, o maior em extensão de terras descontínuas da história.

Em 2 de junho de 1953, aos 25 anos, herdou a coroa em tempos de descolonização e de revezes para impérios. Elizabeth II, que não nascera para ser rainha, reescreveu seu papel, pairando sobre o marketing do esplendor aristocrático, num exercício diplomático acima de ambiguidades e violências contra os povos colonizados.

Quando o rei Eduardo VIII abdicou em dezembro de 1936 do trono para se casar com Wallis Simpson, socialite americana divorciada - inaceitável para a época -, Elizabeth tinha 10 anos. Coube ao pai dela, George VI, a coroa. Uma vez princesa, se tornaria sucessora apenas na hipótese de não nascer em sua família caçula do gênero masculino. Foi o caso. Se tornou chefe de estado com funções políticas simbólicas. Assistiu à desintegração do império, com a independência e transformação em república das antigas ex-colônias e a antipatia crescente às casas reais, em tempos de racionamentos e crise financeira após a Segunda Guerra.

Nesse contexto que assumiu o trono, já casada com Philip, nobre greco-alemão sem fortuna, com quem teve quatro filhos: Charles, Anne, Andrew e Edward.

A Philip, que morreu em abril de 2021, é atribuída a construção de uma nova narrativa, que garantiu a mudança de relacionamento da coroa inglesa com a população. Era questão de sobrevivência a elevação de um imaginário que, se por um lado simbolizasse a perfeição e a beleza distanciando-se de uma vida comum, por outro humanizasse tais personagens.

Elizabeth se tornou a primeira chefe de estado do Reino Unido com a coroação televisionada. O espetáculo caiu no gosto popular. A família real, antes distante, foi se constituindo instituição vinculada ao imaginário do "glamour" de contos de fada, ao turismo e ao entretenimento.

ESCÂNDALOS A maior visibilidade veio acompanhada de escândalos, derivados de expectativas frustradas entre a imagem pública e as funções oficiais esperadas de seus membros, por um lado, e, por outro, por aspirações individuais. Elizabeth II navegou por todos eles, agarrada à coroa.

Contornou o furor causado junto à opinião pública pelo comportamento de sua irmã: a princesa Margaret (1930-2002) fora amante de Peter Townsend, plebeu divorciado e pai de dois filhos; depois, se casou com o fotógrafo Antony Armstrong-Jones, de quem também se divorciou.

Em 1992, o príncipe Andrew se divorciou de Sarah Ferguson, e a princesa Anne, de Mark Phillips. Andrew continuou a dar trabalho com denúncias de que teria mantido relações sexuais com uma jovem de 17 anos, em 2001, vítima do esquema de tráfico sexual de Jeffrey Epstein.

Mas nada que se compare ao desgaste provocado pelo divórcio, em 1996, de Charles e Lady Diana Spencer-que morreria em 1997 num acidente de carro, em Paris, com o namorado Dodi Al-Fayed. A rainha, que tinha relacionamento difícil com Diana, viu a popularidade despencar.

A imagem da realeza também foi bastante arranhada pelas acusações recentes da duquesa de Sussex, Meghan Markle, de racismo dentro da família.

Já sem império, mas ainda segurando os ímpetus independentistas (em particular a Escócia), Elizabeth II assistiu inconformada, mas sem poder de ação, ao Brexit. Chegou a ensaiar manifestação em favor da União Europeia, quase escorregando do enredo real da neutralidade.

No balanço de sua trajetória, foi discreta, ao mesmo tempo em que se fez presente no imaginário do inglês comum, assegurando a sobrevivência da monarquia.

Monarca de um reino e 14 países

A rainha Elizabeth II, sucedida por Charles III, foi monarca do Reino Unido e de outros 14 países independentes, denominados reinos do Commonwealth, que no passado foram colônias britânicas. Entre os mais populosos estão Canadá, Austrália, Papua Nova Guiné e Nova Zelândia. São monarquias constitucionais, o que significa dizer que a rainha ou o rei britânico é o chefe de estado, não chefe de governo: guarda um poder simbólico, uma vez que as decisões de governo são tomadas pelos parlamentos eleitos e implementadas na função de primeira-ministra. Em países como o Brasil e os Estados Unidos, as funções de chefe de estado e chefe de governo são exercidas pela Presidência da República.

O propósito fundamental do monarca do Reino Unido é servir como símbolo apartidário da nação, da continuidade constitucional e autoridade moral. Na era de Elizabeth II, não apenas documentos oficiais eram marcados com o selo real, mas também o rosto da rainha era cunhado em moedas locais.

Para tentar frear movimentos republicanos fortes nesses territórios, Elizabeth II fazia viagens regulares. À frente de um passado imperial brutal, a família real tentava exibir uma faceta de "soft power" e influência diplomática, frequentemente encobrendo de ambiguidade decisões questionáveis do governo britânico, como a participação na invasão ao Iraque em 2003 e, em 1956, a participação da Guerra de Suez - quando Israel, Reino Unido e França atacaram o Egito para tomar o controle do Canal de Suez, que havia sido nacionalizado por Gamal Abdel Nasser.

ONDA ANTICOLONIAL Depois da Segunda Guerra Mundial, quase 20 ex-territórios britânicos conquistaram a independência, tornando-se repúblicas, entre as quais Índia, Nigéria e Paquistão. Já nos anos 70, uma nova onda anticolonial varreu o Caribe, levando República Dominicana, Trinidad Tobago e Guiana. No Oceano Índico, em 1992, foi a vez das Ilhas Maurício.

O último a se despedir de seu passado monárquico foi Barbados. "Chegou a hora de deixar completamente nosso passado colonial para trás", disse a governadora-geral Sandra Mason em 30 de novembro de 2021. A data foi marcada para coincidir com o 55º aniversário da independência de Barbados do Reino Unido.

A decisão aqueceu a fervura do recente movimento global Black Lives Matter, que, nas ex-colônias caribenhas da Grã-Bretanha, carrega a marca da

escravidão e do questionamento de seu papel na promoção da riqueza e poder global do antigo Império Britânico. Barbados e outros membros da Comunidade do Caribe pressionam os governos europeus a fazerem reparações integrais. Na Jamaica, o movimento de ruptura com a monarquia ganha força e chegou a requerer de Elizabeth II as devidas reparações pela participação da Coroa no comércio transatlântico de escravos.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/12/09/2022/p1>

53% dizem que Lula tem mais chance de manter Auxílio Brasil de R\$ 600

Clayton Castelani são paulo

O ex-presidente Lula (PT) é o candidato com mais chances de manter o valor do Auxílio Brasil em R\$ 600 no ano que vem para a maior parte das pessoas que recebem o benefício, segundo pesquisa Datafolha.

Para 53% dos beneficiários entrevistados, o valor atual tem mais possibilidades de ser mantido com a eleição de Lula. O presidente Jair Bolsonaro (PL) foi citado por 37% como o candidato mais propenso a dar continuidade ao pagamento de R\$ 600.

Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) aparecem com 1% cada. Os demais candidatos, somados, também atingiram 1%.

Para 2% dos beneficiários do Auxílio Brasil, nenhum dos concorrentes ao Planalto manterá os pagamentos de R\$ 600 em 2023. Aqueles que não opinaram somam 5% dos entrevistados.

Principal aposta do governo Bolsonaro em busca da reeleição, o Auxílio Brasil de R\$ 600 começou a ser pago em agosto. O acréscimo de R\$ 200 sobre o valor de R\$ 400 tem validade somente até dezembro deste ano.

No Orçamento de 2023, só há previsão para a correção pela **inflação** do valor anterior ao acréscimo. O atual governo prevê que o benefício deverá ser de R\$ 405 por família no próximo ano.

Quando considerados todos os entrevistados pelo Datafolha, beneficiários ou não do Auxílio Brasil, há um estreitamento na diferença entre Lula e Bolsonaro quanto à expectativa sobre qual deles está mais inclinado a continuar pagando o acréscimo.

Para 45%, Lula é o presidenciável com mais chance de manter o pagamento de R\$ 600. Bolsonaro surge com 40%, Ciro é citado por 2% e Tebet, por 1%. Outros candidatos, quando agregados, aparecem com 1%.

Para 4% dos entrevistados, nenhum dos concorrentes permitirá que o programa seja continuado com o adicional de R\$ 200 por família, enquanto 7% não opinaram.

Oito em cada dez eleitores são favoráveis à manutenção do valor do Auxílio Brasil em R\$ 600 para o próximo ano, de acordo com o levantamento do instituto. Para 82% dos entrevistados, independentemente de receberem ou não o benefício, o pagamento com o acessório de R\$ 200 deveria ser mantido pelo candidato que vencer a eleição presidencial. Apenas 8% dos eleitores disseram que o benefício precisaria voltar a ser de R\$ 400. Para 3%, ele deveria acabar. Outros 2% defenderam valores superiores a R\$ 600. Do total, 4% não opinaram. Considerando apenas as respostas de membros de famílias beneficiadas pelo Auxílio Brasil, o apoio à manutenção dos R\$ 600 sobe para 90%. Para 5% desse grupo, porém, o futuro presidente deveria voltar a pagar os R\$ 400 em 2023. A necessidade de ampliação do valor foi citada por 1% dos entrevistados. Também somaram 1% aqueles que, mesmo sendo beneficiários, defendem o fim do programa. Eleitores de Lula e Bolsonaro são majoritariamente favoráveis à continuidade dos pagamentos com o acréscimo.

Entre aqueles que pretendem votar no petista, 84% querem a manutenção do Auxílio Brasil de R\$ 600. Nas respostas de eleitores bolsonaristas, 81% também apoiaram a permanência do valor.

O início do pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600, porém, segue sem representar vantagem para Bolsonaro sobre Lula entre os beneficiários do programa.

Considerando essa parcela dos eleitores, o candidato à reeleição obteve 29% das intenções de votos, na atual pesquisa, contra 28% nos dois levantamentos anteriores, realizados de 16 a 18 de agosto e entre 30 de agosto e 1º de setembro. A oscilação está dentro da margem de erro.

Lula manteve os mesmos 56% de intenção de voto em relação às duas pesquisas anteriores, também considerando eleitores de famílias beneficiadas pelo programa de distribuição de renda.

Ciro Gomes apareceu com 4%. Antes, tinha 7%. Simone Tebet ficou com 3%, contra 2% na pesquisa que antecedeu a atual.

Mulheres são maioria dos beneficiários

O Datafolha perguntou quais benefícios sociais do governo federal os entrevistados recebem e o Auxílio Brasil apareceu como o mais comum, quando comparado ao Vale-Gás e aos auxílios para caminhoneiros e taxistas.

Na comparação com a pesquisa da semana passada, os índices de beneficiários ficaram estáveis, com 26% declarando receber diretamente ou morar com alguém que recebe o Auxílio Brasil. Antes, eram 24%. Declararam receber ou morar com algum beneficiário do Vale-Gás 8% dos eleitores, ligeiramente abaixo dos 9% da consulta anterior.

No caso do Auxílio Caminhoneiro, 1% declarou ser beneficiário ou residir com alguém que recebe o pagamento. Esse percentual não mudou em relação à última pesquisa.

O Auxílio Taxista foi citado, mas não alcançou 1% das menções.

Mulheres são maioria entre as pessoas que recebem o Auxílio Brasil. Elas representam 29% do público entrevistado. Os homens são 23%. Daqueles que não recebem o Auxílio Brasil, 18% estão no Cadastro Único do governo federal. Antes, esse grupo representava 16%.

(Clayton Castelani)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

32

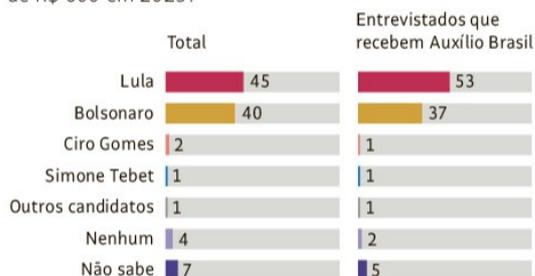
8 entre 10 eleitores querem valor de R\$ 600 do Auxílio Brasil mantido em 2023

Em %

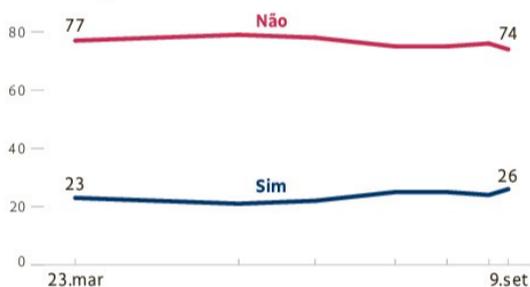
Em 2023, o valor do Auxílio Brasil deveria ser mantido em R\$ 600 ou deveria voltar a ser R\$ 400?



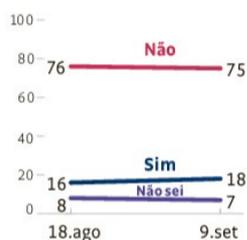
Qual candidato tem mais chances de manter o valor de R\$ 600 em 2023?



Você ou alguém da sua casa recebe o Auxílio Brasil?



Você não recebe Auxílio Brasil e está no CadÚnico?



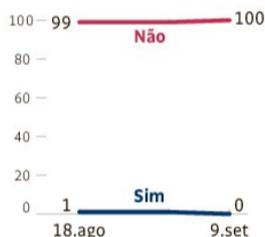
Você ou alguém da sua casa recebe o Vale-Gás federal?



Você ou alguém da sua casa recebe o Auxílio Caminhoneiro?



Você ou alguém da sua casa recebe o Auxílio Taxista?



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.676 eleitores em 191 cidades de quinta (8.set.2022) até sexta (9.set.2022). A pesquisa, contratada pela Folha e TV Globo, foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral com o número BR-07422/2022

Bolsa sobe em 2023 seja quem for o eleito, preveem gestores



Os candidatos que lideram a corrida à Presidência, Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL) Marlene Bergamo/Folhapress e Mauro Pimental, AFP

Lucas Bombana são paulo

Gestores de fundos de ações apostam em um desempenho positivo da Bolsa brasileira em 2023, independentemente de quem vencer as eleições neste ano.

Com a expectativa majoritária dos investidores de que a desaceleração da **inflação** permitirá ao BC (Banco Central) promover alguma redução na taxa básica de juros (Selic) durante o ano que vem, os agentes de mercado preveem que as ações brasileiras, hoje baratas, terão espaço para recuperar parte da defasagem

A principal diferença reside em quais empresas devem ser as principais responsáveis pela performance positiva esperada. Uma reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) tende a ser mais favorável para as estatais com ações listadas na B3, especialmente Petrobras e BB (Banco do Brasil).

Já no caso de uma vitória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o setor de educação e as construtoras, em especial aquelas mais voltadas à baixa renda, têm maiores chances de se destacarem.

"Vemos potencial para a Bolsa em 2023 em ambos os cenários, com Lula ou com Bolsonaro", afirma Bruno Di Gia-corno, diretor de investimentos da Nero Capital.

Mesmo com a recuperação das últimas semanas - o Ibovespa sobe cerca de 11,5% desde o final do primeiro semestre, até 8 de setembro, tendo retomado os 109 mil pontos-, o gestor afirma que a Bolsa segue barata e tem espaço para buscar os 130 mil pontos.

Principalmente se confirmada a queda dos juros, e, em especial, daqueles de mais longo prazo, que são os que mais importam para avaliar o preço justo de uma ação, acrescenta.

Os analistas da XP estão ainda mais otimistas, e esperam que o Ibovespa alcance os 130 mil pontos já neste ano.

No início de setembro, os especialistas da corretora revisaram de 120 mil para 130 mil pontos a projeção para o índice de ações em dezembro de 2022. A estimativa embute um potencial de valorização de 18,2% em relação ao fechamento de 8 de setembro.

"O principal motivo por trás da revisão foi a queda nos juros reais e nominais de longo prazo, que caíram entre 1,0 e 1,5 ponto percentual no mês de agosto", apontam os analistas da XP em relatório.

Gestora de ações da Fator Administração de Recursos, Isabel Lemos diz que, seja quem for o vencedor das eleições, empresas do setor de varejo, entre as mais prejudicadas pela escalada da Selic, devem se beneficiar do início do processo de queda dos juros a partir de 2023.

No boletim Focus, os economistas projetam a taxa de juros em 11,25% no final do ano que vem, frente aos atuais 13,75%. "São ações que foram penalizadas demais pelo mercado e que estão relativamente atrativas", diz ela.

Outro setor com potencial é o imobiliário, que também ficou para trás com a subida dos juros. Isabel diz que vê boas oportunidades no segmento, seja entre as construtoras com um foco no público de alta renda, menos afetado pelos ciclos econômicos, seja entre aquelas que trabalham mais voltadas à média e baixa renda, e que podem ganhar um fôlego adicional com programas habitacionais em um eventual governo petista.

Já para o gestor da Versa Fundos de Investimento, Luiz Fernando Alves, o setor de educação desponta como destaque positivo na Bolsa em caso de um terceiro mandato do ex-presidente Lula.

"Os dias áureos das empresas de educação na Bolsa foram na época em que os governos do PT deram um

grande incentivo ao Fies. É um setor fora do radar da maior parte do mercado, e pode ser uma das principais diferenças em termos de desempenho entre um governo de esquerda e um de direita", diz Alves.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

32

Risco fiscal continua como principal ponto de atenção em 2023

Apesar das visões positivas para as ações no ano que vem, gestores assinalam que a política fiscal e as medidas a serem adotadas para trazer a dívida para uma trajetória sustentável seguem indefinidas e continuarão entre os principais pontos de preocupação.

Tomás Awad, sócio-fundador da gestora 3R Investimentos, diz que vê uma continuidade do governo atual como um cenário com um pouco mais de previsibilidade para a evolução da política econômica em 2023, com a manutenção de Paulo Guedes no ministério da Economia, o que indica uma agenda mais liberal do ponto de vista econômico.

Em uma vitória do candidato petista, acrescenta Awad, o nome forte do governo na economia ainda é uma incógnita, e será fundamental para que seja possível ter uma clareza maior de quais serão as principais diretrizes na área.

"Dependendo de quem for o ministro em caso de uma vitória do PT, pode até ter uma lua de mel com o mercado nos primeiros meses, até porque o estrangeiro tem uma memória positiva do governo Lula, mas o cenário para frente é mais incerto", diz.

Awad afirma que vem mantendo as carteiras dos fundos relativamente equilibradas. Há posições que podem ir melhor em um cenário de reeleição, como as ações da Petrobras, com a perspectiva de uma privatização. Mas também com apostas para um cenário de volta de Lula, como supermercados e fabricantes de medicamentos.

Sócio fundador e gestor da GTI Administração de Recursos, André Gordon afirma que tem hoje na Petrobras uma das principais posições nas carteiras dos fundos, porque é esperada geração de caixa robusta para a estatal nos próximos trimestres.

Ele afirma, contudo, que a possibilidade de uma vitória do candidato petista Fernando Haddad ao governo de São Paulo o levou a vender as ações da Sabesp. Enquanto uma vitória do candidato Tarcísio de Freitas, apoiado por Bolsonaro, poderia resultar em uma privatização da empresa de saneamento, a possibilidade de que isso aconteça num governo Haddad é quase nula, diz o gestor da GTI.

Como adotar uma política de ajuda aos miseráveis sem criar dependência?

O Brasil nunca gastou tanto e atendeu tantas famílias com transferência de renda direta do governo para os mais pobres.

Mas enfrenta o obstáculo de fazer mais e melhor com o dinheiro para combater a pobreza e a fome no País, que subiram no rastro dos efeitos da pandemia da covid-19 na economia e da disparada dos preços.

A depender das promessas dos quatro candidatos à Presidência da República que estão na frente nas pesquisas nas eleições deste ano, o Brasil entra em 2023 com o maior programa social de transferência de renda da história e um orçamento cinco vezes maior do que existia antes da covid-19.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) acenaram que vão manter o valor de R\$ 600 do Auxílio Brasil, caso sejam eleitos.

Nesta reportagem de Adriana Fernandes, o Estadão mostra que, se a promessa for cumprida, os recursos para o programa social terão dado um salto gigantesco num período de três anos, saindo do patamar de R\$ 32 bilhões, pago em 2019 no extinto Bolsa Família, para R\$ 157,7 bilhões no ano que vem.

Esse é o dinheiro necessário para manter em R\$ 600 o valor do piso do benefício do Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família, e atender 21,6 milhões de famílias.

Um salto no orçamento do programa de 0,4% para 1,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), valores inimagináveis até pouco tempo atrás pelos pesquisadores e gestores da área social, que sempre cobraram mais investimentos para tirar a população brasileira da extrema pobreza e reduzir as desigualdades históricas do País.

Os gastos do Bolsa Família, antecessor do Auxílio Brasil, oscilavam entre 0,3% e 0,5% do **PIB**. No seu pico, atendeu 14,6 milhões famílias, e o maior valor do benefício médio pago foi de R\$ 191,86.

Agora, a pergunta que paira no ar é se a expansão do orçamento do programa social será sustentável nos próximos anos num cenário de contas públicas ainda muito frágeis, ambiente político de captura do

Orçamento para gastos não prioritários e uma economia que cresce pouco há anos.

O valor do benefício foi elevado de R\$ 400 para R\$ 600 até o final do ano, numa ação do governo e do Congresso Nacional considerada eleitoreira e que levou à quebra das regras fiscais e eleitorais para ser implementada neste segundo semestre.

Se cientistas políticos e economistas não veem espaço para o retorno do valor do benefício para R\$ 400 em 2023, após a pandemia ter colocado o combate da fome no centro do debate de política econômica, a incógnita é se o programa social turbinado não passará de um soluço de curto prazo. Na campanha eleitoral, o valor do Auxílio Brasil se transformou numa corrida de quem promete mais na busca de votos do eleitor mais pobre.

É unânime entre os especialistas na área social que o programa criado pelo governo Bolsonaro vai precisar de um redesenho para aumentar a sua mira, o foco, nos mais pobres. Eles avaliam que o benefício mínimo por família acaba incentivando a fraude, com famílias se "dividindo" artificialmente para receber mais dinheiro.

"É muito óbvio que dá para fazer muito mais com o mesmo e também fazer mais com menos", diz Daniel Duque, pesquisador na área de desigualdade social, que critica duramente o desenho do Auxílio Brasil, que permite que uma família com uma ou duas pessoas receba o mesmo valor do benefício de uma família mais numerosa e com crianças em idade escolar.

Para Duque, o primeiro passo do presidente eleito em outubro deveria ser refazer o desenho do programa para evitar desperdício de dinheiro na tarefa de combater a pobreza.

Duque é cético, porém, em relação à continuidade do programa nesse tamanho depois das eleições, apesar das promessas.

"Difícilmente será mantido do jeito que está, é algo temporário. Promessa eleitoral é palavra ao vento", afirma ele, que está fazendo simulações para identificar qual seria o alcance do programa com os recursos atuais se houvesse o mesmo foco do Bolsa Família.

Uma das medidas mais urgentes apontadas pelos pesquisadores é a recuperação do cadastro único, instrumento que serve de base para o benefício ser acessado, e o fortalecimento do Cras, os centros de referência de assistência social nos municípios.

Esse é um dos pontos estudados pela socióloga Letícia Bartholo, especialista em políticas públicas e gestão governamental.

Ex-secretária Nacional Adjunta de Renda de Cidadania, ela foi uma das primeiras especialistas a apontar os erros do desenho do Auxílio Brasil antes mesmo de ele ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Letícia defende o urgente fortalecimento e a recuperação do cadastro.

A decisão do presidente Jair Bolsonaro de fazer um piso de R\$ 400 por família, que depois subiu para R\$ 600 até o fim deste ano, agravou o problema da deterioração dos dados do cadastro via estímulo à "divisão das famílias".

Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rafael Osorio destaca que o cadastro único já estava sofrendo antes da pandemia o problema de piora da qualidade. No período da pandemia, o problema aumentou porque as famílias foram liberadas de atualizar os dados pelas dificuldades diante do avanço da covid-19.

Segundo Osorio, a expansão do Auxílio Brasil, a partir de janeiro de 2022, está fortemente concentrada em famílias de uma e duas pessoas.

Ele lembra que na faixa de renda mais baixa as famílias são mais numerosas.

"Uma dificuldade que sempre teve no cadastro é das famílias que escondem maridos. Já existia uma suspeita que isso acontecia antes e parece que está acontecendo com mais intensidade", avalia.

Como a focalização piorou, parte das transferências pode estar sendo direcionada para famílias que não são tão pobres. Ou seja, pessoas muito pobres podem não estar recebendo.

A consequência do quadro atual, no qual se expandiu muito o orçamento, mas piorou a focalização, é que a redução da pobreza pode não ser tão grande quanto poderia.

MAPA DA FOME. No mapa da fome traçado pelos economistas Marcelo Neri e Marcos Hecksher, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio

Vargas (FGV Social), a fotografia anual da pobreza apontou que 10,8% da população estava abaixo da linha da pobreza de R\$ 210 de renda per capita em 2021, cerca de 23 milhões de pessoas. A proporção de pobres subiu 42,11% entre 2020 e 2021. Um contingente de 7,2 milhões de novos pobres em relação a 2020 e 3,6 milhões de novos pobres em relação ao período da pré-pandemia.

O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 427 mensais (US\$ 5,50 por dia - parâmetro internacional) atingiu 62,9 milhões em 2021 - 30% da população brasileira. Um aumento de 9,2 milhões de pessoas de 2019 a 2021. Em 14 Estados, a proporção de pobres é superior a 40% da população.

Para a diretora institucional da Rede Brasileira de Renda Básica, Paola Carvalho, o empobrecimento do Brasil não é culpa só da pandemia. "A pandemia agravou. Quando ela chegou ao Brasil, encontrou um terreno muito fértil", diz ela, que destaca a piora do mercado de trabalho e aumento da informalidade.

"Antes da pandemia, o Bolsa Família já tinha uma lista de espera de dois milhões de famílias", diz ela, que tem alertado para o problema da "fila da fila" de acesso ao Auxílio Brasil.

Coordenador do Comitê da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida no Distrito Federal e em Goiás, José Ivan de Aquino destaca o retrocesso na redução da pobreza no País. Ele lembra que quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, fundou a ação em 1993, os números apontavam que 32 milhões de brasileiros passavam fome. Hoje, 33,1 milhões têm fome e vivem numa situação de insegurança alimentar grave, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan). "Acompanhamos a evolução dos números da fome com muita preocupação", diz. "O Brasil precisa ouvir o chamado de Betinho de 30 anos atrás."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PROGRAMAS SOCIAIS

Orçamentos do Bolsa Família e do Auxílio Brasil cresceram ao longo dos anos

PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS

Veja como funcionou a transferência de renda de 2004 até 2022

Bolsa Família

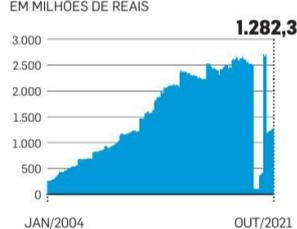
FAMÍLIAS

EM MILHÕES DE FAMÍLIAS



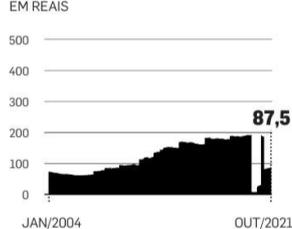
VALOR REPASSADO

EM MILHÕES DE REAIS



VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO

EM REAIS

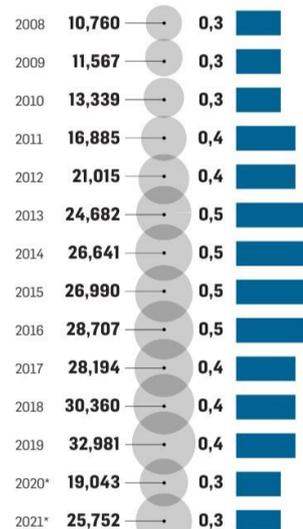


Bolsa Família e Auxílio Brasil

TOTAL REPASSADO

EM BILHÕES DE REAIS

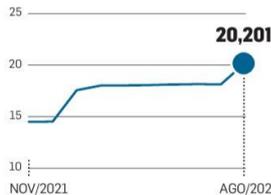
EM PORCENTAGEM DO PIB



Auxílio Brasil

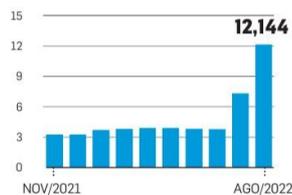
FAMÍLIAS

EM MILHÕES DE FAMÍLIAS



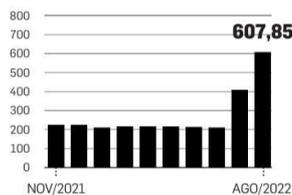
VALOR REPASSADO

EM BILHÕES DE REAIS



VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO

EM REAIS



*NÃO ESTÁ INCLUSO O AUXÍLIO EMERGENCIAL DA PANDEMIA DA COVID-19

MAPA DA NOVA POBREZA

Contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 497 – US\$ 5,5 por dia

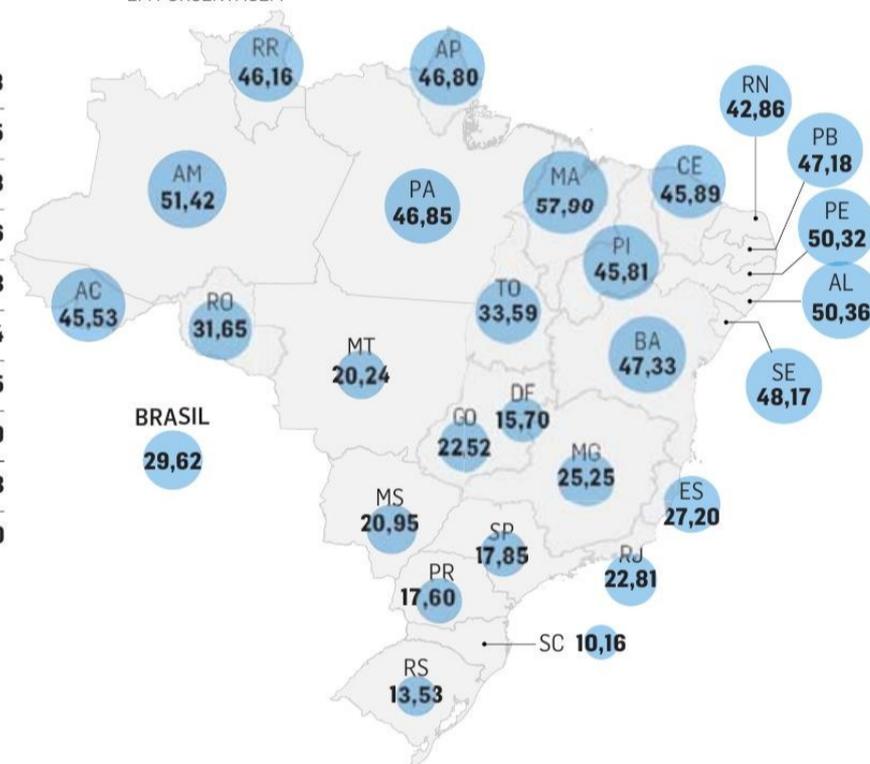
Contingente

EM MILHÕES

2012		54,038
2013		50,745
2014		47,638
2015		50,526
2016		54,163
2017		55,174
2018		55,775
2019		54,509
2020		52,893
2021		62,930

Proporção de Pobres em 2021 por Unidade da Federação

EM PORCENTAGEM



FONTE: MINISTÉRIOS DA CIDADANIA E DA ECONOMIA; MAPA DA NOVA POBREZA, FGV SOCIAL (JUNHO 2022) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

MARCOS SANTOS/USP IMAGE



**Programas de
transferência de
renda direta precisam
aumentar o foco nas
camadas mais pobres
da sociedade**

Famílias se endividam (Editorial)

O aumento do endividamento das famílias, que em agosto alcançou o recorde de 79% dos lares, mostraria, em condições normais, maior disposição dos consumidores de assumir compromissos financeiros para antecipar compras e, assim, estimular a atividade econômica. Esse dado, constatado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), também sinalizaria confiança das pessoas em sua situação financeira. Neste momento, porém, o alto endividamento pode indicar também maior fragilidade das finanças domésticas.

O aumento da proporção de famílias endividadas é expressivo. Em um ano, cresceu 6,1 pontos percentuais.

É provável que boa parte das famílias que assumiram dívidas esteja em uma ou em ambas as situações mencionadas, pois são vários os sinais de melhora do ambiente econômico. A atividade se intensifica, a **inflação** começa a ceder depois de ter superado os dois dígitos e, apesar dos 10 milhões de pessoas sem ocupação, o desemprego está diminuindo. O crédito, de sua parte, impulsiona o consumo e, assim, estimula o crescimento.

Seu crescimento é um dos fatores do aquecimento da economia.

O quadro econômico, no entanto, continua incerto, e o aumento da proporção de famílias endividadas é um dos fatores que alimentam as incertezas. A renda real, por exemplo, não cresce na mesma velocidade que o endividamento. Ao contrário, as estatísticas do IBGE mostram perda do rendimento real médio no período de 12 meses. Em determinado momento, a capacidade de endividamento das pessoas pode se esgotar. Políticas sociais como o Auxílio Brasil, com o pagamento de R\$ 600 até o fim do ano, também aliviam os orçamentos das famílias de menor renda, mas o valor atual está assegurado somente até 31 de dezembro.

Não por acaso, analistas veem limite para a manutenção do processo de expansão das dívidas domésticas.

"Chega uma hora que se esgota", disse ao Estadão a economista da CNC Ízis Janote Ferreira. Na sua avaliação, o aumento do endividamento foi uma das formas que as famílias encontraram para manter as despesas correntes. A redução de 7,3 para 6,8 meses

no prazo médio dos financiamentos é uma indicação disso.

Mas, ao mesmo tempo que sua capacidade de tomar empréstimos se esgota, uma parcela expressiva das famílias continua a enfrentar fortes pressões sobre seus gastos, em razão da persistência da alta dos preços de itens de grande peso em seus orçamentos, a começar pelos alimentos.

O aumento constante da inadimplência praticamente desde o início deste ano é o principal sinal de que boa parte dos tomadores de crédito enfrenta dificuldades crescentes para honrar seus compromissos financeiros. Em agosto, 29,6% das famílias tinham dívidas ou contas em atraso; um ano antes, eram 25,6%.

O aumento dos juros tende a criar mais dificuldades para as famílias. Os juros básicos, que estavam em 2,0% ao ano no início de 2021, agora alcançam 13,75%, e ainda podem subir, como observou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. "A batalha da **inflação** não está ganha", justificou.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Fed não vai conseguir evitar uma recessão"

FISHER COLLEGE OF BUSINESS-7/6/2022



Zhang recomenda cautela neste momento com ações

ENTREVISTA: Lu Zhang, Professor da Fisher College of Business da Universidade de Ohio, ele mostra sua visão sobre o atual cenário da economia

Na última semana de agosto, todos os olhares do mercado estavam voltados para a participação de Jerome Powell, presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), no simpósio de Jackson Hole. A expectativa era de que a reunião desse indícios dos próximos passos da política monetária na maior economia do mundo. E ele não decepcionou.

Powell afirmou que o compromisso com a estabilidade de preços nos EUA é "incondicional".

A alta na taxa de juros nos Estados Unidos, iniciada no final de março, é um dos principais fatores jogando volatilidade nos mercados globais. O maior receio é de que os esforços para combater a maior **inflação** em 40 anos no país acabem levando a economia a uma recessão. Cenário cada vez mais provável, na visão de Lu Zhang, professor da Fisher College of Business da Universidade de Ohio. Zhang participou de forma online do XXII Encontro Brasileiro de Finanças, realizado no fim de julho, e conversou com o E-Investidor sobre o cenário atual.

Em 2022, o preço dos ativos caiu bastante, pressionado pelo cenário macroeconômico.

Qual a sua leitura do movimento?

Eu diria que a **inflação** está muito alta agora, e os

bancos centrais precisam fazer o melhor que podem para controlá-la, com todos os choques nas cadeias de suprimento, guerra na Ucrânia e outras coisas afetando as economias. O BEA (Bureau of Economic Analysis, na sigla em inglês) anunciou que os Estados Unidos tiveram o segundo trimestre de contração do **PIB** seguido, o que significaria oficialmente uma recessão. A pergunta não é mais se ela vai acontecer ou não, mas o quão profunda será.

Mas não terá uma pausa repentina como foi na pandemia, vai ser uma recessão econômica tradicional.

Como isso impacta os investimentos?

Os preços dos ativos vão cair.

Acho que estamos apenas no início desse ciclo, mas não espero que a recessão seja como na pandemia da covid-19, que literalmente parou a economia.

Vai ser de forma gradual como nas recessões tradicionais, o que também significa que vai durar mais. Durante a última crise, entre 2007 e 2009, o Fed fez tudo que podia para impedir que a economia literalmente caísse do penhasco, com um monte de medidas.

Ninguém pode cravar com certeza quando a **inflação** vai acabar, mas talvez estejamos apenas no início disso. É um problema complexo, por isso os preços vão continuar caindo por um tempo.

Muitos especialistas defendem que o atual patamar de preço é uma oportunidade para investimentos.

O sr. concorda?

Se você está me perguntando se agora é a hora de comprar, não posso responder, porque isso é prever o futuro.

Mas digo que é hora de ser mais cauteloso. Eu sou naturalmente avesso a risco e acredito que estamos apenas no começo da recessão, ainda não chegamos no fundo do poço.

Pensando no investidor, quais são as melhores oportunidades?

A **inflação** vai continuar por um tempo, então o risco para a economia real está se materializando. E, nesse

cenário, o entendimento padrão é desacelerar e considerar reduzir as posições em ações, aumentando a de títulos de renda fixa. Eu teria cautela quanto ao investimento em ações, porque a quantidade de risco na economia vai continuar aumentando.

O Fed conseguiria subir os juros nos EUA sem que isso signifique necessariamente uma recessão?

Não. Na economia existe um conceito chamado de mecanismo de transmissão monetária, que diz que, sempre que um banco central sobe a taxa de juros, o custo das empresas também sobe.

Isso faz com que elas façam menos novos investimentos em projetos; e, se estão investindo menos, contratam menos trabalhadores.

É assim que a máquina da economia funciona. E nós estamos entrando em uma recessão. O Fed vai tentar ao máximo não causar mais danos do que o necessário à economia. Mas, nesse ponto do ciclo econômico, a prioridade é controlar a **inflação**, a maior em décadas.

É isso que eu espero que eles façam.

Essa pressão nos EUA poderia levar a uma recessão global?

Há 25 anos, a economia global era menos integrada do que é hoje. Então, acredito que as chances são altas. A quantidade de risco não é trivial e a Europa também está passando por isso. Vamos ver como o cenário vai caminhar, mas tradicionalmente, sempre que as taxas globais de juros sobem, a economia passa por uma recessão.

Nós estamos caminhando para isso. É difícil de prever como vai ser, depende de muitos elementos.

Depende da guerra na Ucrânia, da cadeia de suprimentos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Investimentos estagnados em educação - ANTÔNIO GOIS

ANTÔNIO GOIS

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Busca de oportunidade eleva demissão a pedido

Edna Simão

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187327?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187327?page=1§ion=1

Salários continuarão a encolher, alerta OCDE

Assis Moreira De Genebra

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187327?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187327?page=1§ion=1

Divergência de política monetária fortalece dólar e penaliza emergentes

Eduardo Magossi De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187327

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187327